Acervo ISA

GGER

O GARIMPO NO

OS CONFLITOS QUE ocorrem entre garimpeiros e povos indígenas dificilmente terão uma solução de curto prazo; os jogos de interesses, as irregularidades, os preconceitos e as agressões, como se verificam em Roraima, no território ianomami, serão mais um problema para o governo Collor

OLYMPIO BARBANTI JR.

Um menino ianomami, em Roraima, tem atrás de si um avião, máquina que já aprendeu a ver no...

A munição foi alterada, mas o tiroteio que se previa acontecesse na operação de retirada dos garimpeiros das terras ianomami realmente está ocorrendo. No lugar das balas são disparadas influências políticas veladas, respaldadas por uma estratégia geopolítica de "segurança nacional" e pelo peso de uma tonelada de ouro, que se extrai a cada mês do meio da selva, em Roraima.

A "solução" inicial do conflito encontrada pelo governo —a de criar a reserva para garimpo Uraricaá-Santa Rosa—, é considerada inviável pelos próprios garimpeiros: aquela foi a primeira área de extração mineral em Roraima e não há mais ouro para se retirar dali. A situação, que era confusa no início, transformou-se em tal emaranhado de ordens e contra-ordens que, ao que tudo leva a crer, ficará para o próximo governo a tarefa de desatar o nó e tentar conciliar os direitos indígenas com o direito do país à exploração de riquezas minerais.

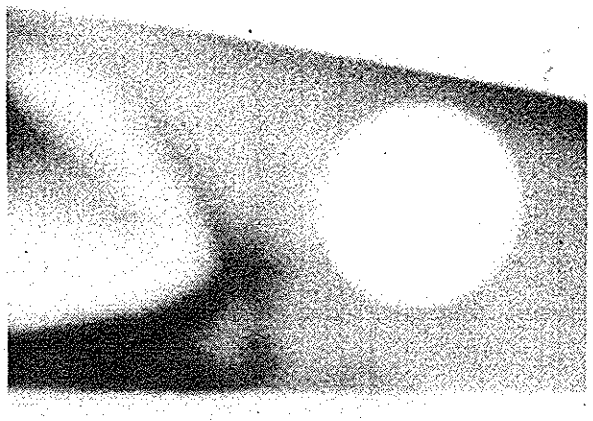
Por enquanto, a situação é calamitosa. Dados médicos da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Boa Vista, capital de Roraima, atestam a morte de, pelo menos, 64 índios no ano passado. Para a Igreja católica e entidades de defesa dos direitos indígenas, esse número pode ser bem maior se computadas as mortes ocorridas na selva. O número é incerto porque os ianomami não falam de seus mortos, o que poderia impedir a passagem de seus espíritos à outra vida. Essas mortes de índios, é sabido, ocorrem pela proximidade com o garimpeiro, que acba tendo reflexos na alimentação e promove a transmissão de malária e outras doenças. O médico Oneron Pithan, da Funai, realizou um estudo que demonstra as correlações entre as mudanças do hábito alimentar —introdução de bolachas e doces, por exemplo—, e graves infecções intestinais entre os ianomami.

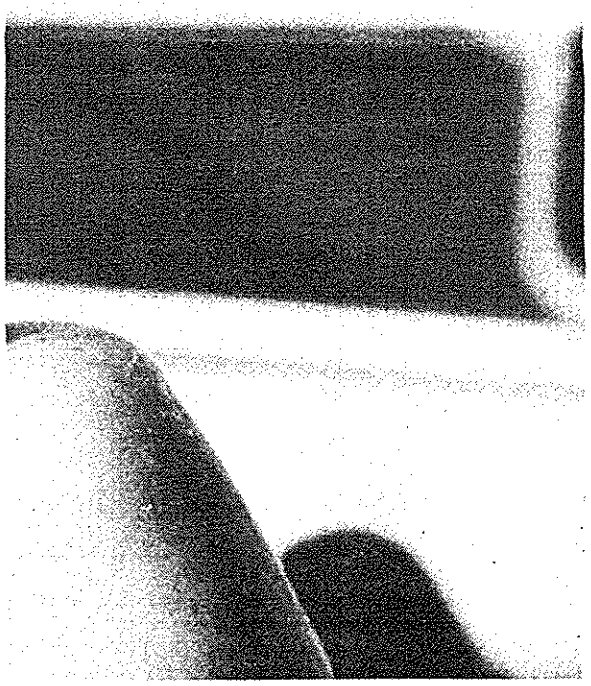
Em 1985, a Funai entendera que a reserva ianomami era de 9,4 milhões de hectares de área contínua, território capaz de garantir a integridade dos índios, se preservado. Em 1987, o então

Acervo ISA

PAÍS DOS ÍNDIOS

Fotos Olimpio Barbanti Jr.





...território que foi destinado para seu povo

presidente da Funai, Romero Jucá Filho, atual governador de Roraima, indicado pelo presidente Sarney, entendeu ser menor a área indígena. Baixou decreto dividindo a área ianomami em 19 "ilhas" que somam 2,6 milhões de hectares, 27% do território original.

A 7ª Vara da Justiça Federal embargou o decreto de Jucá e concedeu uma liminar, em outubro passado, para que o Exército retirasse os garimpeiros da área de 9,4 milhões de hectares. O Exército respondeu, na ocasião, não possuir condições operacionais de realizar a missão. Em dezembro, o presidente Sarney baixou decreto determinando que a Polícia Federal cumprisse a operação de retirada dos garimpeiros sem, no entanto, especificar, no decreto, de qual área indígena. No dia 16 de janeiro chegaram a Roraima 80 agentes da PF para dar início à operação. No dia 9, desembarcou na cidade o diretor-geral da PF, delegado Romeu Tuma, para negociar com os garimpeiros.

Jornalistas de vários países que acompanharam em Boa Vista os dias mais tensos da negociação para a retirada do garimpo opinam que as medidas até agora adotadas pelo governo —controle de aeroportos e corte de suprimentos— não garantem a saída dos garimpeiros. João Martins, diretor de Comunicação da Polícia Federal, disse que muitos garimpeiros se estão embrenhando na selva para escapar da ação policial.

Segundo Cláudia Andujar, da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), entidade pró-índio, a maior parte desses "fugitivos da selva" se deslocou para a região de Catrimanti, froteiriça ao Amazonas, onde, sabe-se, há muito ouro. Na aldeia do Demini, nessa região, 27 índios —de uma população de 76— contraíram malária, segundo dados da Funai, depois que um novo garimpo se instalou a 50 quilômetros da aldeia, em novembro passado.

A Igreja e grupos de defesa dos índios insistem: o que ocorre hoje é o genocídio e o etnocídio do povo ianomami. "Existe uma estratégia geopolítica deliberada de extinção dos ianomami", afirma o deputado federal Fábio Feldamann (PSDB). "Publique se quiser: os garimpeiros na Amazônia são invencíveis", disse há três semanas o maior líder garimpeiro, José Altino Machado, sem medo de desequilibrar um momento delicado em termos políticos. A declaração —quando da briga na Justiça pelo reconhecimento da extensão da área indígena ianomani— reflete uma estranha segurança.

A posição de José Altino choca-se com a Constituição, que garante aos índios o direito sobre as terras tradicionalmente ocupadas; vai contra o Ministério Público e a Justiça Federal, que reconhecem a área ianomani e determinaram a retirada dos garimpeiros de uma extensão de 9,4 milhões de hectares; e ainda soa como desafio à Polícia Federal, encarregada de pôr 40 mil garimpeiros para fora das terras indígenas.

Pode-se supor, também, que a afirmação do líder do garimpo estaria contrariando as Forças Armadas —embora elas não se tenham manifestado no caso—, já que os garimpeiros ocupam uma área fronteiriça, de segurança nacional, e têm patrocinado conflitos internacionais, sempre abafados, ao entrar no território da Venezuela e da Guiana para retirar ouro.

É certo que a ocupação garimpeira que põe em risco a vida de milhares de índios em Roraima ocorreu progressivamente, nos últimos dois anos,

Cerca de 400 aviões circulam por Roraima sem as mínimas condições de segurança, e utilizam, à vista de qualquer um, pistas de pouso clandestinas

com o evidente conhecimento das Forças Armadas, através da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden, antigo Conselho de Segurança Nacional). O órgão é responsável pelo desenvolvimento dos rios Amazonas e Solimões até as fronteiras ao norte do país. "É um projeto de vivificação dessa área", disse na sala de José Altino Machado o coronel Athos, que se apresentou como "oficial de informações" do Comando Militar da Amazônia.

O coronel, que aceita "caronas" no avião bimotor de José Altino, é visto com frequência no escritório do garimpeiro, em Boa Vista. Por isso mesmo ele julgou necessário interromper uma entrevista que jornalistas dos principais órgãos de imprensa do país

Acervo ISA

faziam com José Altino para "justificar", como disse, sua presença alí. O coronel explicou que frequenta todos os órgãos envolvidos com problemas da Amazônia. Disse também que "vivificar" aquelas terras significa "povoá-las".

A ocupação garimpeira em Roraima depende umbilicalmente do transporte aéreo. Por isso, o aeroporto de Boa Vista chegou a ser considerado um dos mais movimentados do país. Cerca de 400 pequenos aviões circulam por aquele Território, voando sem as mínimas condições de segurança e, normalmente, sobrecarregados. Em geral monomotores, os aviões usados no garimpo têm apenas o banco do piloto. Passageiro senta-se no chão, que muitas vezes está furado. Não há fiscalização. Não há nada.

Esses aviões utilizam cerca de 140 pistas de pouso clandestinas, construídas à mão em meio à selva. Tudo isso ocorre com o conhecimento do Departamento de Aviação Civil, e da Força Aérea Brasileira, que controlam, respectivamente, o aeroporto e a base aérea de Boa Vista. Essas cenas se passam numa área de segurança nacional. Estão à vista de qualquer um. O procurador da República, Osvaldo José Barbosa Filho, quer que o ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Octávio Júlio Moreira Lima, explique na Justiça "porque não foram interditadas todas as pistas de pouso clandestinas em território ianomani".

A Sadem e, pelo menos, também a Polícia Federal, têm há tempos conhecimento de que o garimpo possui todos os elementos adequados ao incentivo da corrupção. Bastou, por exemplo, que os agentes da PF entrassem nas pistas de pouso utilizadas pelos garimpeiros para descobrir e prender quatro policiais militares e dois policiais civis em atividade no garimpo conhecido como "Baiano Formiga".

A Polícia Federal também sabe que os quatro proprietários dessa pista são criminosos foragidos da Justiça, e que muitos campos de pouso acobertam o tráfico de pasta de cocaína, vinda da Bolívia, e de maconha, vinda da Guiana, como disse o delegado Amaury Gaudino, diretor de Ordem Política e Social da PF.

O policial federal José Martins considera o garimpo lucrativo para poucos —ele estaria controlado por cem pessoas, conforme declaração de José Altino Machado, em julho de 89. A maior parte dos garimpeiros, disse Martins, "está numa condição de trabalho semi-escravo". São homens que recebem por comissões, e acabam empenhando tudo que ganham no pagamento da comida, do transporte e dos medicamentos necessários para enfrentar as constantes doenças.

Altino, líder garimpeiro, nas terras ianomami

Marcelo é o único ianomami entre a população de 10 mil, no território brasileiro, e de 12 mil, na Venezuela, que não se expressa na língua dos índios

Uma índia ianomami carrega a criança no colo

Caso necessite ir à cidade, um garimpeiro gasta cerca de quinze dias de trabalho. Dentro do garimpo, uma cerveja chega a custar aproximadamente NCz$ 200,00 e um isqueiro NCz$ 150,00. "Retiramos muitos garimpeiros que estavam junto às pistas de pouso passando fome e sem ter dinheiro para sair dali", afirmou João Martins, há duas semanas, quando a PF iniciou a retirada do garimpo.

Apesar de os órgãos do governo terem conhecimento da situação naquela área, o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, participou da reunião de negociação com os garimpeiros, no dia 9 de janeiro, sem saber que os ianomami foram, até dois anos atrás, a última grande nação indígena sem contato com o homem branco nas Américas, e uma das três do mundo nessa situação. Agora, com a invasão dos garimpeiros, os ianomami são considerados por Cláudia Andujar como "parcialmente contatados".

Também participaram da mesma reunião, que se estendeu por nove horas no palácio 31 de Março, do governo do Território de Roraima, os principais líderes garimpeiros, sertanistas da Fundação Nacional do Índio (Funai), um coronel do Exército, de nome Francez, um geólogo do Departamento Nacional da Produção Mineral, o governador de Roraima, Romero Jucá (ex-presidente da Funai) e o deputado federal Alcides Lima. Não havia nenhum representante dos índios ou das entidades civis que lutam por seus direitos.

O acordo deliberado nessa reunião considerou como reserva ianomami aquela área de 19 ilhas, com 2,6 milhões de hectares, contrariando liminar da Justiça Federal. Devido à essa decisão, o coordenador da operação pela Funai, sertanista Sydney Possuelo, e o administrador regional da Funai em Roraima, José Maria Nascimento, pediram afastamento da operação de retirada do garimpo.

No lugar de Possuelo assumiu a coordenação o sertanista Nilson Campos Moreira, que foi denunci-

Acervo ISA

ado pelo Ministério Público Federal e está sendo processado pela Justiça Federal sob acusação de ter permitido a comercialização de madeiras de terras indígenas, quando era superintendente da Funai no Mato Grosso, no ano passado. Em sua defesa, Nilson Moreira disse que apenas autorizou, em benefício dos índios, a venda de madeiras que, de qualquer forma, seriam comercializadas.

José Altino Machado, Elton Roehnelt e Lauro Teixeira Jr., líderes garimpeiros, conduziram durante alguns momentos à reunião do dia 9 o índio Marcelo Yanomami, 25 anos, para que falasse em nome do povo ianomami. Trata-se do mesmo índio que no último dia 24 defendeu a permanência do garimpo nas terras indígenas em artigo de página inteira na revista "Veja".

Marcelo, índio barrigudo, é o único ianomami, entre 10 mil existentes no território brasileiro e 12 mil na Venezuela, que não fala a língua ianomami. A partir dos 4 anos foi criado por "brancos". Nunca mais voltou a morar em uma aldeia na selva. Chega a ser patética sua reclamação, publicada na "Veja", de que o governo não dá aos ianomamis "direito a água encanada, luz elétrica ou telefone".

Devido ao acordo de Boa Vista, o procurador da República Eugênio José de Aragão chegou a pedir à Justiça a prisão do diretor-geral da Polícia Federal. Romeu Tuma convenceu então a Justiça, em 16 de janeiro, a acatar como "provisório" o acordo feito. Inicialmente os garimpeiros seriam transferidos para três regiões onde poderiam extrair ouro, localizadas dentro do território ianomami de 9,4 milhões de hectares. Num segundo momento, os garimpeiros seriam definitivamente afastados dos índios.

As entidades indigenistas continuaram afirmando que esse acordo "empurra com a barriga" o problema para o próximo governo, e ainda significa a morte dos ianomami pela proximidade mantida com os garimperos. Os ianomami são nômades e mesmo estando a uma distância de 50 quilômetros do garimpo —como aconteceu na aldeia do Demini—, pegam malária porque caminham com facilidade no interior da selva.

Após essas considerações, o presidente Sarney decidiu, no último dia 24, estabelecer apenas a reserva garimpeira de Uraricaá-Santa Rosa, que ainda fica dentro da área indígena original, e onde não há mais ouro —embora guarde outros metais.

Caso se resolva o problema com os garimpeiros, os índios terão ainda que enfrentar as empresas de mineração. Elas estão ausentes da área, mas já entraram com pedidos de lavra dentro do território ianomami, segundo o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi). A área requerida atinge aproximadamente 4,3 milhões de hectares. Aquelas terras têm, além de ouro, diamantes, cobre, estanho (cassiterita), prata, bismuto, zindo nióbio, molibdênio e diversos minerais radiativos, conforme levantamento superficial do Departamento Nacional da Produção Mineral. ●

O garoto ianomami, como os demais de seu povo, tem sido ameaçado pela presença de garimpeiros

Depois de enfrentar o garimpo ilegal, o povo ianomami terá pela frente a presença de empresas mineradoras, que já fizeram pedido de lavra dentro do território

Uma construção na aldeia ianomami, índios que até há pouco não tinham feito contato com brancos